

A ditadura no Brasil e o Ensino de Jornalismo na ECA-USP (1975-1976): presença da censura e da repressão

Alice Mitika Koshiyama*

Resumo

Este trabalho registra fatos ligados ao ensino de jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em 1975-1976. Notamos que a escola foi um espaço de embates políticos, no momento em que a política sofria muitas restrições legais. Há uma relação entre o campo da escola de jornalismo e a história do jornalismo no Brasil do período 1964-1984, história esta marcada pela resistência dos alternativos ao lado da complacência da maioria da grande imprensa com o regime militar (cf.: B. Kucinski, 2003; B.Kushnir, 2004; L. Perosa, 2001). Este estudo reconhece no jornalismo um instrumento para a construção de um estado democrático pleno (cf.: V. Gentilli, 2005), embora esta não tenha sido uma meta das forças políticas dominantes na história do jornalismo no Brasil (cf.: N.W.Sodré, 1983; R. A. Dreifuss, 1981). O trabalho se inspira na leitura de historiadores (cf.: E. Carr, 1995).

Palavras-chave: história do jornalismo-Brasil; políticas e estratégias de comunicação; ensino de jornalismo (ECA-USP 1975-1976);

Resumée:

La recherche historique sur le temps présent nous donne la condition de faire un travail à propos de enseignement de journalisme à l'époque de la dictature militaire au Brésil. Entre 1975-1976 Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), dans le Cours de Journalisme, les étudiants ont fait des actions pour modifier les conditions politiques, culturelles e pédagogiques des classes. La université était un micro-cosmos de repression dans la société brésilienne. La censure aux moyens de communication et la censure aux travaux des étudiants et professeurs demandait des nouveaux chemins pour apprendre. Les auteurs sur le journalisme au Brésil (cf.: B. Kucinski, 2003; B.Kushnir, 2004; L. Perosa, 2001 ; V. Gentilli, 2005), N.W.Sodré, 1983; R. A. Dreifuss, 1981). La perspective historique (cf.: E. Carr, 1995).

Mots à clef : histoire de journalisme au Brésil ; politiques et stratégies de communication ; études de journalisme (ECA-USP 1975-1976)

1. Uma história do tempo presente

No trabalho abordamos fatos de um passado recente, cujas interpretações acontecem com muitos de seus protagonistas vivos e em condições de pesar as conseqüências subjetivas da experiência. Diante de uma interpretação sobre o passado recente, muitas lembranças são ativadas, como aconteceu com a publicação do editorial do jornal Folha de S. Paulo (17 de fevereiro de 2009) que denominou de “ditabranda” o regime militar do Brasil implantado em

* Alice Mitika Koshiyama é docente de Jornalismo ECA-USP, pesquisa de jornalismo, cidadania, história, ensino e feminismo. Leciona no curso de graduação em Jornalismo e na PPCOM na área interfaces sociais da comunicação. Coordena o grupo “Jornalismo e Construção da Cidadania”.

1964. A palavra carregada de conotações valorativas provocou reações que comprovam que interpretações da história exigem do historiador sensibilidade, escolhas e definições éticas e políticas prévias que condicionam suas avaliações de conjunturas. Foi Jânio de Freitas que viveu o período como jornalista e cidadão quem apresentou a argumentação mais equilibrada sobre a ação das ditaduras, que agiram com mais ou menos truculência conforme o grau de resistência apresentada pelos seus opositores. Citamos pela reflexão que provoca para a história como atividade acadêmica:

Não é por acaso que um professor universitário de história faça a afirmação, por exemplo, de que "não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural". Deu-se no artigo Ditadura à brasileira", de Marco Antonio Villa, Folha de 5.mar.09.

Os militares derrubam um governo constitucional, prendem aos milhares pelo país afora, cassam mandatos parlamentares legítimos nas três instâncias legislativas; impõem ao Congresso subjugado a escolha entre três ou quatro generais, para figurar como presidente; governam por ato institucional e decreto-lei; extinguem os partidos; excluem do serviço público, das autarquias e estatais os opositores reais ou supostos, e, para não ir mais longe, instituem a espionagem no país todo. E, fato muito esquecido hoje em dia, iniciam a tortura nos quartéis e os assassinatos. Início bem comprovado, por exemplo, pela foto de Gregório Bezerra puxado por corda no pescoço em Recife. Ou pela celebridade de pessoas como o capitão Zamith, acusado da morte por tortura de um estudante de medicina na Vila Militar do Rio (tema da edição mais importante, até hoje, de "Veja"), e do sargento Raimundo, torturado no Exército e jogado no rio em Porto Alegre, morto ou para morrer.

Mas "não é possível chamar de ditadura" ao domínio do país por tal regime. Então só pode ser "a democracia" dos historiadores à brasileira. Até por ter "movimentação político-cultural", permitida entre 64-68 quando não incomodava o regime, servindo mesmo como válvula de escape, e reprimida com vigor quando incomodava.

Os historiadores à brasileira não sabem que as ditaduras vão até onde lhes é vitalmente necessário, e enquanto podem fazê-lo. A diferença entre elas não é a sua essência, nem a sua prática: é a medida do necessário. (FREITAS, J. "História à brasileira")

Reconhecemos que há uma produção historiográfica sobre o período que reconhece a presença do estado de exceção e suas consequências danosas para a vida do país, conforme pontua Jânio de Freitas. Constatamos que na imposição de um novo regime político em 1964 até 1968 houve a repressão com prisão, exílio e aposentadorias de opositores. De 13 de dezembro de 1968 (Ato Institucional no. 5) a dezembro de 1978 tivemos a suspensão de todos os direitos constitucionais dos cidadãos e com plenos poderes ao presidente militar para executar uma política de estado de guerra. A repressão aos identificados como opositores do regime militar em todos os setores da sociedade resultou em prisões, torturas e mortes para militantes identificados com a organização de partidos políticos clandestinos (só eram legais os autorizados ARENA e MDB). Houve o controle dos meios de comunicação pela censura prévia, publicações que não se submetiam eram apreendidas e deixaram de circular, e muitas

sobreviveram aceitando a auto-censura e houve até jornais que atuaram como porta-vozes do regime militar, é o caso da Folha da Tarde, da Empresa Folha da Manhã (KUSHNIR, 2004 : 213-345)

Há uma correspondência entre as possibilidades de trabalho de uma escola de jornalismo e a história do Brasil e do jornalismo na época, marcada pela resistência dos alternativos formados por jornalistas ou pelas diversas organizações partidárias (KUCINSKI, 2003).

Há que distinguir a presença da censura prévia em empresas que apoiaram o golpe de 64 e apoiavam seu projeto de internacionalização do capitalismo, mas discordaram da estratégia militar usada para combater a oposição política, que alijou o jornalismo do processo, em favor do enfrentamento armado. É o caso dos jornais do grupo Estado, *O Estado de S.Paulo* e *Jornal da Tarde*, que a partir de 13 de dezembro de 1968 assumiram viver sob censura prévia, processo que terminou no início de 1975. Neste momento, o presidente da República era o General Ernest Geisel que trazia uma nova proposta para o jornalismo que era o da distensão política lenta, gradual e segura. Os dois jornais puderam assumir o papel de veicular a nova política do regime militar e contribuir ao lado de Geisel para enquadrar os comandados do general Silvío Frota, Ministro do Exército, identificado como partidário da continuidade da repressão armada. No episódio da repressão contra os militantes do Partido Comunista Brasileiro em que um dos assassinados em tortura foi o jornalista Vladimir Herzog, foram esses dois jornais que fizeram as coberturas com maior evidência dos atos do aparelho repressivo e da posição presidencial firme contra a continuidade de mortes nos interrogatórios (PEROSA, 2001). Os jornais da família Mesquita voltaram a exercer seu papel de apoio crítico ao Governo. Quando a tortura mata no DOI CODI Manuel Fiel Filho, operário católico, *O Estado de S. Paulo* relata o fato em comovente reportagem de Ricardo Kotscho e no dia seguinte o comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Melo aparece demitido por Geisel.

2 - Ditadura no ensino de jornalismo

O que acontecia no cenário político atingia o campo da educação. O AI-5 foi usado para endurecer a repressão à organização de estudantes e professores na universidade. E muitas ações que eram prioritariamente que visavam melhorar o ensino e a pesquisa eram apontadas como atos de subversão política pelos adversários com poder de aplicar atos discricionários.

As atividades de ensino de jornalismo na ECA-USP na década de 70 eram parte desse

cenário de condições negativas da conjuntura histórica: fechamento político, precariedade de meios para a execução de um trabalho jornalístico contínuo e periódico, impotência do corpo docente, sujeito a pressões que no limite chegavam a não renovação do contrato de trabalho por perseguições políticas.

Existiam esforços individuais, atos materializados em propostas de classe de alunos. Mas era necessário um trabalho coletivo para construir um clima que permitisse pensar em uma nova organização dos estudos de jornalismo.

Percebemos um dos momentos significativos da vida escolar, no período 1975/1976 como docente do Curso de Jornalismo da ECA-USP. Cremos que a rearticulação do movimento estudantil na universidade, em 1975, um dos passos do processo de reabertura política no país, permitiu uma experiência política e pedagógica importante para o ensino de jornalismo.

E essas práticas educacionais e políticas puderam ser feitas como parte de um processo em que a maioria dos estudantes assumiam uma posição política em suas entidades representativas. No caso da ECA-USP era o CALC (Centro Acadêmico Lupe Cotrim) e o DCE-USP (Diretório Central da Universidade de São Paulo).

3 - Política e Educação de Jornalistas

Os alunos que lideravam o CALC e cursavam jornalismo na ECA, em 1975, trabalhavam em condições especialmente repressivas, mas procuraram fazer da escola um centro de atividades culturais, políticas e sociais. Os temas abordados em seus meios de comunicação abrangiam desde as grandes questões conjunturais do país até o cotidiano das salas de aulas.

O comportamento nitidamente repressivo do então diretor da ECA, Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, titular da Universidade da FFLCH-USP, do Departamento de História, era de um ostensivo defensor da repressão aos opositores do regime militar. Por julgarem indesejável a presença dele à frente da escola, no primeiro semestre de 1975 houve uma greve geral dos alunos exigindo a sua saída do cargo. Mas ele tinha toda a burocracia a seu favor, permaneceu no cargo e todos os estudantes grevistas repetiram o semestre escolar.

No segundo semestre de 1975, um grupo de alunos do Curso de Jornalismo compareceu à reunião dos diretores dos principais jornais do Continente agregados na SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), realizada em São Paulo. Tiveram participação autorizada para ler um texto de protesto contra a situação de censura aos órgãos laboratoriais da ECA-USP. O ato de protesto e seu motivo foi notícia nas páginas de *O Estado de S.*

Paulo. O que demonstrava uma capacidade de articulação política e de escolha de aliados no campo dos grandes jornais liberais das Américas.

O jornalismo possível na ECA-USP era alternativo. Algumas intervenções lembravam os maoístas chineses, mas sem a violência deles. Produções inteiramente artesanais, eram coladas em murais, escritos com pincel atômico e em papel de embrulho, quase sempre cor-de-rosa e o seu conteúdo ligado a algum evento marcante na vida acadêmica, sempre fato recente. Podia ser uma defesa de tese ou ou citação de frases ditas em salas de aulas, acompanhadas de pareceres dos que testemunharam os acontecimentos. Os textos geravam comentários, eram alunos reprovando atos de docentes.

Outro veículo aparecia em folhas mimeografadas, datilografadas e diagramadas e impressas em papel sulfite. Era uma produção do movimento estudantil direcionada ao corpo docente, tinha como foco o que se fazia em salas de aulas. O veículo *Palavra de Ordem*, do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, era um instrumento de dinamização das atividades didáticas e culturais. Questões de método, problemas de pesquisa, proposições de cursos e grupos de estudos, linhas de pesquisa adotadas pelas docentes eram objeto de análises.

Na mesma época, um grupo de alunos do Curso de Jornalismo criou o jornal *Dois Pontos*, que circulou na Universidade de São Paulo, até ser colocado sob censura prévia, quando fechou.

A morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI marcou profundamente a ECA, pois ele havia lecionado telejornalismo no curso de graduação em jornalismo e acabava de assumir seu cargo na TV Cultura de São Paulo.

No primeiro semestre de 1976, os alunos do 6º semestre de Jornalismo fizeram um jornal, *Jornal de Embura*, como projeto prático das disciplinas que cursaram. Escolheram Embura, na região de Parelheiros, mostrando uma comunidade às voltas com problemas de grilagem de terras. Foi uma experiência de jornalismo em que 40 alunos atuaram num clima semelhante ao enfrentado pelos jornalistas e assumiram fazer todo o trabalho e não aceitaram quaisquer objeções que lhes parecessem censura seja da parte dos professores seja de outras instâncias. Mas houve ações posteriores, pressões para tentar impedir a circulação do jornal para a comunidade que escolheram como tema.

A revista VEJA, de 29 de setembro de 1976, na seção Educação, sob o título: “Prática de Jornal”, termina um texto em que descreve os fatos observando: “toda a responsabilidade pelos equívocos parece ser de uma escola de jornalismo onde os alunos têm de esperar até o sexto semestre para fazer um jornal —e, então, só podem fazer um único número, que, para completar, é censurado.”

VEJA reprovava a prática de jornal que consistia em publicar um único número e assinalava um ponto comum entre as atividades em uma escola de jornalismo e as redações de jornais: a presença da censura e da repressão.

4- Ensino e a participação do movimento estudantil

Se alguns professores compartilhavam das insatisfações dos alunos, a ação coletiva organizada em relação ao ensino era basicamente em nível estudantil. Havia limitações da conjuntura histórica, mas alguns problemas eram específicos da escola. Atuar a partir de um balanço das condições gerais e locais significava um trabalho permanente de viver na ECA e não de passar pela ECA. Considerando as condições específicas buscava-se:

- a) Intervir no processo de ensino concreto, apresentando-se alternativas de estudo, organizando cursos, palestras e eventos, preenchendo-se necessidades não atendidas nos cursos regulares. Lembramos de iniciativas como o convite ao professor Alfredo Bosi que apresentou sua leitura de Gramsci para uma classe lotada, atenta e interessada. Outra intervenção interessante foi um questionamento sobre psicologia social e a abordagem behaviourista proposta em *Palavra de Ordem* e que resultou em um debate sobre os limites e as possibilidades oferecidos pela teoria na compreensão do mundo.
- b) Lutar para se vencer os processos de censura e auto-censura nos cursos, trazendo para as salas de aulas temas e autores colocados à margem do currículo. Testemunhamos comportamentos dignos pela sensibilidade com os riscos para a docente quando estudamos a imprensa na revolução francesa e um dos estudantes queria saber o que poderia apresentar daquilo que havia estudado. Seus receios eram normais, pois havia alunos que combinavam suas tarefas com a de informantes da repressão na universidade. Respondemos que os autores tratavam do tema na condição de pesquisadores de reputação acadêmica nos estudos da área e, portanto, devíamos expor o que aprendemos com Albert Soboul, Jacques Godechot.

Conversando com outros docentes vimos que a forma como as intervenções estudantis eram assimiladas dependia do interesse pessoal e dos marcos teóricos e metodológicos e ideológicos que orientavam a ação dos professores.

5. Final problemático

Aprendemos que embates e tensões da história integram a formação de novos cidadãos, fazendo com que se desenvolvam qualidades latentes. Mas são inegáveis os prejuízos que um regime autoritário trazem para o exercício do trabalho e da convivência social e para os valores éticos, políticos e técnicos das pessoas humanas. Conforme lembra a filósofa e historiadora Hanna Arendt sobre o poder das ditaduras em criar mentiras de princípios, o que forçam as pessoas a negar ou aceitar fatos ou interpretações para não serem punidas com a exclusão do sistema social como traidoras, doentes ou contra-revolucionárias (ARENDR, p.15-23) Dissemina-se o medo e a submissão às autoridades, corrompe-se o caráter das pessoas obrigadas a negar a sua própria história. Assim, o inventário dos anos do poder autoritário não pode ser contabilizado em números de mortos e feridos apenas.

Este estudo reconhece no jornalismo um instrumento para a construção de um estado democrático pleno com direitos políticos, econômicos e sociais para todos os cidadãos (GENTILLI, 2005), embora esta não tenha sido uma meta perseguida pelas principais forças políticas dominantes na história do Brasil conforme nos esclarecem a história da imprensa (SODRÉ, 1983) ou a história de um processo como o golpe de 64 e o comprometimento da imprensa brasileira com este movimento da história (DREIFUSS, 1981). Pois a ação de estudantes de jornalismo seriamente empenhados em participar da vida cultural e política foi uma contribuição para a mudança do regime em uma escola.

E surge uma questão final: como entre historiadores encontramos estudiosos que assumem perspectivas (caso de Marco Antonio Villa, “Ditadura à brasileira”) digamos “benevolentes” sobre algumas ditaduras?

Concluimos que os vários momentos dessa história em que confluem textos da pesquisa histórica, textos de jornalistas e textos de docentes universitários e a nossa memória seletiva pessoal comprovam o acerto de Cláudio Abramo ao debater a ética do cidadão como o centro definidor da ética do intelectual na prática política e no exercício do jornalismo (**A Regra do Jogo**). E os historiadores praticam uma ética que é a da sua perspectiva de cidadania ou como constatava com simplicidade magistral Edward Carr (**Que é História?**), segundo uma síntese que faço do seu livro: historiadores cultivam crenças e valores, fazem escolhas de temas e fontes, avaliam o que pode ter acontecido antes e depois de ver os documentos e seguindo teorias e metodologias disponíveis no seu tempo escrevem a história deles.

6. Referências bibliográficas

6.1. Livros

ARENDDT, Hanna. A Mentira na Política: Considerações sobre os Documentos do Pentágono. In; **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p.9-48.

ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CARR. E. H. **O que é história?** . 7a. reimpressão. trad. L.M.de Alverga, rev. téc. de M.Y. Linhares. Rio: Paz e Terra, 1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Petrópolis**: Vozes, 1981.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos a informação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

KUCINSKI, B. **Jornalistas Revolucionários - Nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUSHNIR, Beatriz . **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. **Cidadania Proibida: o caso Herzog através da imprensa**, São Paulo: Sindicato de Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.

6.2. Periódicos:

Dois Pontos – jornal estudantil, alunos da USP, São Paulo, 2º semestre de 1975.

Jornal de Embura – jornal laboratório, São Paulo, Curso de Jornalismo ECA-USP, 1º semestre de 1976.

VEJA - revista semanal, São Paulo, Editora Abril, 29 de setembro de 1976.

6.3. Internet

FREITAS, Jânio. “História à brasileira”. Publicado originalmente na Folha de S.Paulo e na Folha Online, e reproduzido nos endereços eletrônicos citados abaixo.

Publicado em 8 de março de 2009, in:

<http://historiaemprojetos.blogspot.com/2009/03/janio-de-freitas-responde-marcos-villa.html>.

<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/03/08/historia-a-brasileira/#more-29271>

Acessos em 17 de maio de 2009, respectivamente, às 15,00 horas e às 15,30 horas.

VILLA, Marco Antonio. “Ditadura à brasileira”. Publicado originalmente na Folha de S.Paulo e na Folha Online e reproduzido no endereço eletrônico abaixo

Publicado em 5 de março em:

<http://daniomarcolin.blogspot.com/2009/03/ditadura-brasileira-por-marco-antonio.html>

acesso em 17 de maio às 14 horas.